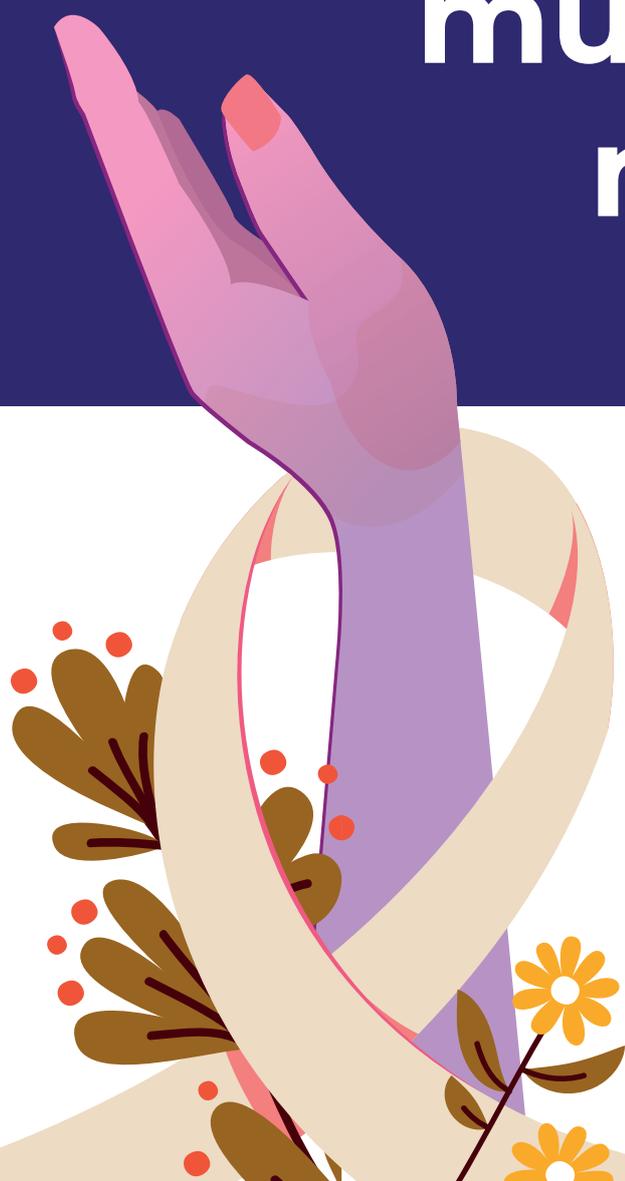




CURITIBA

# Violência contra mulheres e meninas

**SME**



Reflexões  
e ações  
pedagógicas

Secretaria Municipal da Educação  
Coordenadoria de Equidade, Famílias e  
Rede de Proteção

2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Rafael Greca de Macedo

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Maria Sílvia Bacila

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

Oséias Santos de Oliveira

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA

Maria Cristina Brandalize

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ESTRUTURA E INFORMAÇÕES

Adriano Mario Guzzoni

COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES  
EDUCACIONAIS

Eliana Cristina Mansano

COORDENADORIA DE OBRAS E PROJETOS

Guilherme Furiatti Dantas

COORDENADORIA DE RECURSOS FINANCEIROS DESCENTRALIZADOS

Margarete Rodrigues de Lima

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO EDUCACIONAL

Andressa Woellner Duarte Pereira

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Kelen Patrícia Collarino

DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Simone Zampier da Silva

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Estela Endlich

DEPARTAMENTO DE INCLUSÃO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO

Gislaine Coimbra Budel

COORDENADORIA DE EQUIDADE, FAMÍLIAS E REDE DE PROTEÇÃO

Sandra Mara Piotto

COORDENADORIA DE PROJETOS

Andréa Barletta Brahim



# CARTA DA SECRETÁRIA

Temos a satisfação de apresentar o Caderno Pedagógico “Violência contra mulheres e meninas: reflexões e ações pedagógicas”, um material cuidadosamente desenvolvido para instrumentalizar as unidades educacionais e orientar o desenvolvimento de práticas pedagógicas nas escolas municipais, centros municipais de educação infantil e centros municipais de atendimento educacional especializado da cidade de Curitiba, que é comprometida com a educação e a inclusão.

Com um enfoque especial nos direitos das mulheres, este caderno se alinha à visão de Curitiba como sendo uma cidade educadora que busca promover valores de equidade, diversidade e respeito. No cenário da constante luta pela igualdade de gênero e pelo fortalecimento dos direitos das mulheres, reconhecemos o papel fundamental da educação como agente de transformação social. Portanto, o caderno oferece orientações precisas e subsídios relevantes para que educadores abordem, de maneira sensível e eficaz, questões relacionadas aos direitos das mulheres, sensibilizando crianças e estudantes a compreenderem e valorizarem tais direitos.

Por meio de atividades dinâmicas, recursos pedagógicos inovadores e reflexões aprofundadas, o caderno viabiliza uma abordagem interdisciplinar que valoriza a diversidade, combate a discriminação de gênero e fomenta a igualdade entre os sexos. Oferece, também, casos práticos, materiais de apoio e sugestões de ações para estimular a reflexão crítica e a conscientização sobre os desafios e conquistas das mulheres na sociedade atual.



Acreditamos que a educação é a base para construirmos uma sociedade mais justa e inclusiva, em que os direitos das mulheres sejam plenamente reconhecidos e respeitados. Este caderno pedagógico é um valioso recurso para promover essa transformação em nossas unidades educacionais, habilitando educadores a serem protagonistas da mudança e inspiração para as próximas gerações.

Esperamos que cada página deste material seja um convite à reflexão, ao diálogo e à ação em prol dos direitos das mulheres. Juntos, podemos contribuir para a construção de uma cidade e um mundo mais igualitários e humanos, onde a educação seja um pilar fundamental na promoção da equidade de gênero.

Desejamos a todos uma enriquecedora jornada de aprendizagem e engajamento na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento dos direitos das mulheres, em sintonia com a essência educadora de Curitiba.

Atenciosamente,



Prof.ª Dra. Maria Sílvia Bacila

**Secretária Municipal da Educação de Curitiba**



# SUMÁRIO

<b>VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS</b>	<b>9</b>
<b>VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS NO BRASIL</b>	<b>11</b>
<b>OS TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS</b>	<b>15</b>
<b>VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS BRASILEIRAS NOS ÚLTIMOS ANOS</b>	<b>23</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DE SINAIS DE VIOLÊNCIA</b>	<b>33</b>
<b>COMO APOIAR MENINAS E MULHERES QUE SOFRERAM E SOFREM VIOLÊNCIA</b>	<b>37</b>
<b>CANAIS DE DENÚNCIA</b>	<b>39</b>
<b>AMBIENTE ESCOLAR E SUGESTÕES PEDAGÓGICAS Por que ainda fazemos filas de meninas e meninos?</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>51</b>
<b>LISTA DE IMAGENS</b>	<b>52</b>





# VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Este material foi elaborado com o propósito de auxiliar as professoras<sup>1</sup> e professores da Secretaria Municipal da Educação (SME) de Curitiba em seus espaços de trabalho com objetivo de ampliar o repertório sobre a igualdade de gênero e prevenção à violência contra a mulher. Estamos direcionando nossa atenção a um público abrangente que engloba mulheres e meninas de diversas origens e identidades, considerando variáveis como raça/cor, etnia, identidade de gênero, orientação sexual, classe social, renda, deficiências, nacionalidade e religiões, ou seja, de todas as mulheres em sua diversidade e singularidade que precisam ter seus direitos garantidos.

Cabe destacar que a Educação em Direitos Humanos não possui uma receita ou um planejamento pronto para ser colocado em prática em momentos pontuais, mas é construída no dia a dia, nas ações de longo prazo e na reflexão sobre as práticas educacionais. Aqui você encontrará sugestões para embasamento teórico e

*1 Na escrita deste documento, destacam-se inicialmente os atores do processo educativo em suas formas masculina e feminina. Deste ponto em diante, apresentamos apenas a marca do masculino, conforme normatização da Língua Portuguesa para facilitar a leitura do material, sem, contudo, desconsiderar a importante caracterização de gênero nos tempos atuais.*



encaminhamentos que devem ser adaptados à realidade de cada unidade, de cada turma e dos diferentes momentos que proporcionam a discussão e o debate sobre o tema.

Desejamos muita coragem para o enfrentamento deste desafio no qual todos temos responsabilidade na criação e cultivo de uma cultura de paz através da nossa prática educativa.

Equipe da Gerência de Educação e Cultura em Direitos Humanos.

**Figura 1: Eliminação da violência contra a mulher**



Fonte: Freepik (2024).

# VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS NO BRASIL

*“[...] as crueldades mais apavorantes articulam com a violência escondida e naturalizada no cotidiano”  
Elise Boulding, 1981.*

## Afinal, o que é ser mulher no Brasil em 2024?

“Enquanto você lê este livro, a cada duas horas, uma mulher é assassinada.” (Del Priori, 2020). Esta é a primeira frase do livro *Sobreviventes e Guerreiras – uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*, da historiadora Mary Del Priore. A violência, fenômeno complexo da relação humana, é construída e reproduzida social e culturalmente.

Quando a analisamos a partir do gênero, a violência contra homens é substancialmente exercida por desconhecidos ou conhecidos casuais, e contra as meninas e mulheres é geralmente exercida por familiares, parceiros amorosos e homens de seu círculo de convivência, majoritariamente dentro de suas residências.

No Brasil, a violência contra as meninas e mulheres é naturalizada pela estrutura patriarcal e machista, carregando consigo a desumanização, o silêncio e a invisibilidade. Em nosso contexto



social atual, para combatê-la, devemos repensar quais modelos de educação estamos (re) produzindo, se eles possuem ou não influência machistas, homofóbicas e sexistas, bem como compreender as interseccionalidades que agravam a violência contra as mulheres pretas, indígenas, ciganas, migrantes, LGBTI+ e mulheres com deficiência.

Este material tem como objetivo não apenas tratar do empoderamento feminino e dos direitos das mulheres (que não são nenhuma novidade), mas busca a ruptura do silêncio de mulheres, meninas, homens e meninos sobre a questão do sexismo<sup>2</sup> a fim de promover a reflexão sobre soluções para o fim da violência de gênero.

A escola, como lugar de desenvolvimento pleno e formação crítica das pessoas, além de ambiente de socialização, deve promover a cultura de paz e enfrentamento ao preconceito e a discriminação. Além disso, deve propiciar um ambiente que busque o acolhimento e a transformação por meio da educação.

A educação pública de Curitiba preza pela promoção e pelo fortalecimento de uma cultura de direitos humanos por meio de uma educação dialógica, crítica e reflexiva que combata todos os tipos de preconceito e violência.

*2 Sexismo é entendido aqui como a discriminação baseada no sexo de cada pessoa. De acordo com Ana Flávia do Amaral Madureira (2007) o sexismo corresponde a uma separação exclusiva (dualista) entre os gêneros masculino e feminino, o estabelecimento de relações de poder desiguais e à associação de significados pejorativos em relação a um dos gêneros.*



Figura 2: Conceito de gênero

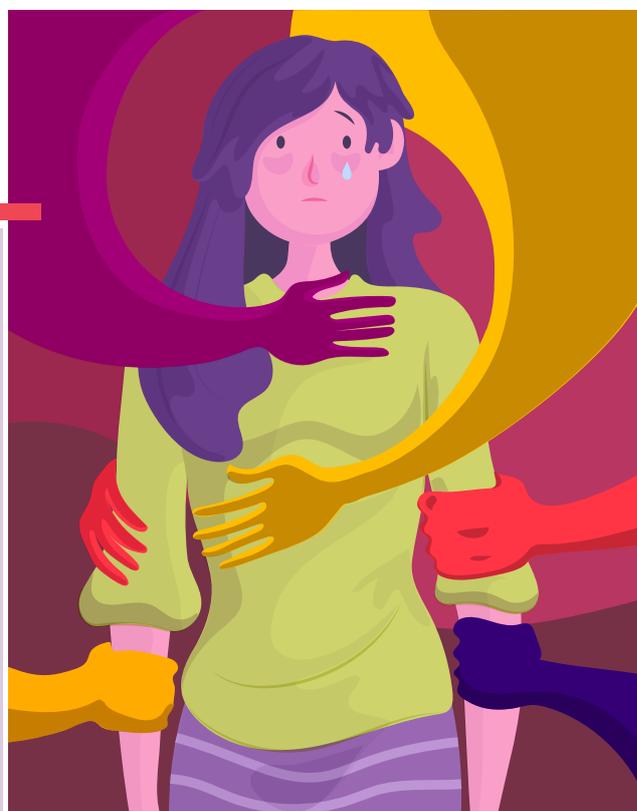


Fonte: Compilação do autor (2024).

Figura 3: Ilustração de violência de gênero

## Violência de gênero

Violência de gênero refere-se aos comportamentos prejudiciais ou discriminatórios baseados no gênero, resultando em dano físico, psicológico ou emocional. Afeta desproporcionalmente mulheres e meninas em diversas formas, incluindo violência doméstica, assédio sexual, discriminação no trabalho e exploração.



Fonte: Freepik (2024).

Figura 4: Cartaz sobre Femicídio



Fonte: Compilação do autor (2024).

# OS TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a violência contra mulheres e meninas é um problema de saúde pública, que tem suas raízes na desigualdade de gênero, e é uma grave violação dos direitos humanos que afeta a vida e a saúde de milhões de pessoas. A violência contra as mulheres é definida como toda conduta que possa causar morte, danos, sofrimento físico, sexual ou psicológico às mulheres, considerando todas as suas identidades: lésbicas, transexuais, travestis, cisgênero, heterossexuais, bissexuais, tanto em ambientes públicos como domésticos.

**Figura 5: Ilustração sobre sinais de violência contra a mulher**



Fonte: Freepik (2024).



Essas condutas podem ser expressadas de diversas maneiras. Elencamos abaixo os principais **TIPOS DE VIOLÊNCIAS:**



#### **PSICOLÓGICA**

Inclui humilhações, ridicularizações e ameaças propositais, bem como perseguição, vigilância constante e controle da vida social. Engloba também chantagens, críticas repetitivas e o uso de nomes ofensivos.



#### **MORAL**

Compreende xingamentos, injúrias, calúnias e difamações, incluindo condutas com o objetivo de prejudicar a imagem da mulher no espaço público, seja no círculo de amigos, ambiente de trabalho ou bairro.



#### **SEXUAL**

Abrange diversas formas de violência sexual, como sexo forçado, troca de sexo por dinheiro ou bens, obrigar a ver pornografia e impedir o uso de métodos contraceptivos. Inclui, ainda, forçar uma gravidez ou um aborto, além de práticas sexuais sem contracepção e proteção contra ISTs. Envolve toques não desejados e exploração sexual.



#### **FÍSICA**

Envolve tapas, empurrões, socos, chutes e ameaças. Inclui também puxões de cabelo, beliscões, mordidas, queimaduras, amarração ou tortura, chegando até mesmo à tentativa de homicídio.



**PATRIMONIAL**

Relacionada a ocultar, roubar ou danificar bens, como dinheiro e celulares, além de objetos pessoais. Inclui também quebrar móveis, rasgar fotos e roupas, assim como criar dívidas em nome da mulher. Este tipo de violência busca exercer controle financeiro como forma de manipulação e subjugação.

**Figura 6: Ilustração de mulher sofrendo violência moral**



Fonte: Freepik (2024).

## OUTROS TIPOS DE VIOLÊNCIAS



### OBSTÉTRICA

Engloba intervenções sem a autorização da mulher, práticas invasivas e cirurgias cesarianas desnecessárias sem informar sobre os riscos. Inclui ainda atos como mandar ficar quieta, além de xingamentos e humilhações com base em cor/raça ou etnia.



### POLÍTICA

Refere-se à exclusão da mulher dos espaços políticos, bem como impedir ou restringir seu acesso a esses locais, muitas vezes induzindo-a a tomar decisões contra sua vontade. Essa forma de violência visa limitar a participação feminina na esfera política.



### IMPORTUNAÇÃO SEXUAL

Compreende qualquer ato sem o consentimento da vítima, desde beijos roubados e masturbação em público até abraços forçados. Essas ações invadem a autonomia e o espaço pessoal da mulher.



### VIOLÊNCIA DE GÊNERO ON-LINE

Inclui a disseminação não consentida de imagens e vídeos íntimos, comentários misóginos, racistas e LGBTfóbicos. Além disso, envolve a criação de *hashtags* para promover discurso ofensivo, bloqueio de posts e perfis por denúncias coordenadas, criação de perfis falsos para assédio, coerção para deletar perfis e invasão de contas de e-mails e redes sociais.



Essa forma de violência busca controlar e constranger a mulher no ambiente online, podendo incluir até o vazamento de conversas privadas (Curitiba, 2022).

## XENOFOBIA

A xenofobia, definida como o medo, aversão ou hostilidade em relação a pessoas de outras nacionalidades ou culturas, é uma forma de discriminação que pode afetar gravemente mulheres e meninas migrantes. Quando associada à violência de gênero, se torna uma preocupação ainda maior, pois elas enfrentam uma interseção de discriminações e desafios únicos. Muitas vezes, sofrem níveis mais elevados de violência de gênero devido a sua condição de estrangeiras. Elas podem ser alvos de assédio sexual, violência doméstica e exploração sexual, frequentemente em contextos onde têm poucos recursos ou apoio.

**SAIBA**

**MAIS**

## **MASCULINIDADE POSITIVA COMO ALIADA NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA DA MULHER: VAMOS CHAMAR OS MENINOS PARA O DIÁLOGO?**

Será que estamos oferecendo aos meninos referenciais saudáveis para compreender e expressar sua masculinidade? Estamos reproduzindo um modelo de sociedade pautado na violência ou no cuidado? No documentário “O silêncio dos homens”, muitas reflexões são realizadas sobre o silêncio por trás da violência doméstica, assédio, entre outros.





### SUGESTÃO DE LEITURA PARA ADULTOS:

<https://lunetas.com.br/masculinidade-estereotipos/>

Em 2014, a ONU lançou o Movimento de solidariedade #HeforShe, em português, #ElesporElas, que tem o objetivo de envolver toda a sociedade, especialmente meninos e homens para a equidade de gênero.

Figura 7: Movimento #HeForShe

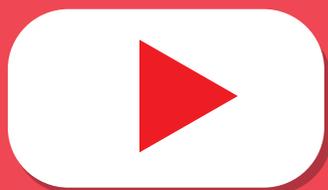


Fonte: ONU Mulheres (2023).

Homens e meninos podem começar com pequenos gestos:

- Questionar atitudes machistas de seus amigos;
- Não expor material íntimo de outras pessoas em rede social;

- Não subestimar a inteligência e a capacidade de uma menina/mulher;
- Respeitar todas as possibilidades de ser mulher ou homem;
- Reconhecer e utilizar seu privilégio masculino para defender meninas e mulheres contra a violência.



<https://www.youtube.com/playlist?list=PLV8siqRMVJ2algHcbaNPimU8Z8omJDpGN>

Outras sugestões para aprofundamento teórico sobre o tema para **educadoras e educadores**:

- Coisa de Menino | Trailer Oficial | HBO Max
- Consentimento: Tea Consent (legendas PTBR)
- Campanha Assédio Sexual e Consentimento - o que é consentimento
- Promotora Silvia Chakian explica o que é consentimento | #DossiêViolênciaSexual
- Pais tentam explicar às crianças o que é consentimento
- Anselmo Vasconcelos – ElesPorElas HeForShe – Campanha Eles Por Elas – ONU





# VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS BRASILEIRAS NOS ÚLTIMOS ANOS

Segundo os resultados obtidos na pesquisa conduzida pelo Datafolha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2023, apresentados no relatório intitulado “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”, constatou-se que 33,4% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais foram vítimas de violência física e/ou sexual perpetrada por parceiro íntimo ou ex-parceiro, superando a média global de 27%, conforme apontado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Detalhes sobre as violências enfrentadas pelas mulheres no último ano podem ser observados na figura abaixo:

Figura 8: Dados sobre violência sofrida por mulheres



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023).

A predominância está associada a ofensas verbais (23,1%), seguidas por perseguição (13,5%), chutes e socos (11,6%), espancamento ou tentativa de estrangulamento (5,4%) e ameaça com faca ou arma de fogo (5,1%). É possível constatar que 28,9% das mulheres enfrentam algum tipo de violência ou agressão no contexto brasileiro.

Essas mulheres, em sua maioria, são negras, a soma de pardas e pretas, (65,6%), têm idades entre 16 e 24 anos (30,3%), residem em cidades do interior (51,9%) e a própria residência se configura como o principal espaço de ocorrência de violência (53,8%), conforme ilustrado na figura abaixo:

**Figura 9: Dados sobre violência sofrida por mulheres**



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023).

O estudo também ressalta medidas consideradas cruciais para combater a violência doméstica, revelando que 76,5% das mulheres percebem como muito importante a imposição de punições mais severas para os agressores. Além disso, 72,4% destacam a importância de ter alguém para conversar, como um psicólogo ou outro profissional especializado em saúde mental, enquanto 69,4% valorizam o suporte legal e serviços que ofereçam orientação às mulheres (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Os dados apresentados revelam uma realidade alarmante e complexa no contexto da violência contra mulheres no Brasil.

A alta incidência de diversos tipos de agressões, destacando-se ofensas verbais, perseguição, chutes e socos, evidencia a urgência de medidas eficazes para enfrentar e prevenir essas situações. Além disso, as características demográficas das vítimas, como a predominância de mulheres negras, jovens entre 16 e 24 anos, residentes em cidades do interior, apontam para a necessidade de abordagens específicas e sensíveis às particularidades desses grupos. A busca por punições mais severas para os agressores, o apoio psicológico e a assistência legal apresentam-se como demandas prioritárias para as mulheres, sublinhando a importância de políticas públicas abrangentes e da promoção de uma cultura que repudie a violência de gênero, visando a construção de uma sociedade segura e equitativa.

## Violência de gênero e a interseccionalidade

O termo interseccionalidade, cunhado por feministas negras, tendo como uma das pioneiras Kimberlé Crenshaw e no contexto brasileiro Lélia Gonzalez, é utilizado para explicar a articulação entre marcadores sociais que definem uma pessoa, como as interações de gênero, raça/cor, classe social, idade, orientação sexual, religião e localização geográfica. Esses marcadores se agrupam, se combinam e se acumulam de diferentes formas, podendo contribuir para a vulnerabilidade das mulheres.

De acordo com a autora Kimberlé Crenshaw,

*A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres (Crenshaw, 2002, p.174).*



Quando a utilizamos como ferramenta de análise da realidade, temos a oportunidade de refletir sobre alguns aspectos, por exemplo, quando pensamos sobre o conceito de gênero, podemos relacionar com as desigualdades de oportunidades e salários entre homens e mulheres, por outro lado, olhando o marcador raça/cor, imediatamente pensamos no histórico de opressão e desumanização das populações de mulheres negras, indígenas e ciganas.

Dessa forma, a interseccionalidade se apresenta como um instrumento fundamental para os movimentos antirracistas e feministas. Ela permite a compreensão de que os marcadores sociais de raça/cor, etnia, classe social, religião, entre outros, são “diferenças que fazem a diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (Crenshaw, 2002, p. 173), podendo criar problemas e vulnerabilidades exclusivas de determinados grupos.

Interseccionando raça/cor e gênero, é crucial reconhecer que as mulheres negras são mais frequentemente alvo de violência quando comparadas a mulheres brancas. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, entre as vítimas de feminicídio, as mulheres negras eram 61,1%, enquanto as brancas, 38,4%. Em relação aos demais assassinatos de mulheres, as negras foram vítimas 68,9% das vezes, enquanto as brancas 30,4% das vezes. A pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto Datafolha, destaca que as mulheres negras - pardas e pretas - (45%) têm uma prevalência maior de vitimização em comparação com as mulheres brancas (36,9%). Entre as mulheres



negras, as pretas são mais vulneráveis (48%) em comparação com as mulheres pardas (43,8%).

As mulheres LGBTI+ também são desproporcionalmente afetadas pela violência. Conforme relata o Dossiê de Mortes e Violências contra a comunidade LGBTI+ no Brasil, no ano de 2022, foram registradas 273 mortes de indivíduos LGBTI+ de forma violenta em todo o país. A pesquisa revelou uma variedade de formas de violência contra essa população, incluindo agressões físicas e verbais, recusas de serviços e tentativas de homicídio. Entre as vítimas, 159 eram travestis e mulheres trans; 91 eram pretas ou pardas, enquanto 94 eram brancas. Dos óbitos registrados (50), as travestis e mulheres trans representaram mais da metade, sendo 62,50% do total.

Ao longo da história do país, as mulheres indígenas têm sido alvo de uma série de violências de gênero enraizadas no colonialismo patriarcal, racismo, sexismo e misoginia. Essas violências são agravadas quando pensamos nas relações que se estabelecem a partir da causa dos povos indígenas, como: latifúndio, economia, patrimônio, meio ambiente, demarcação de terras, entre outros. Quem nunca escutou a frase “Minha avó foi pega no laço”? Essa frase ilustra a violência naturalizada contra a mulher indígena e que contribui para a sua desumanização.

De acordo com os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde, no período de 2007 a 2017, foram documentados 8.221 casos de violência contra mulheres indígenas. Em seus esforços coletivos, elas lutam pela garantia de um futuro que respeite a dignidade de seus corpos,



suas identidades culturais e assegure a continuidade de suas comunidades. Essa responsabilidade também é de todos nós.

As mulheres indígenas foram historicamente representadas de forma estereotipada e sexualizada. O pensamento colonial associou seus corpos ao pecado e os objetificou como propriedade dos colonizadores. Por isso, precisamos estar atentos para quais representações estamos apresentando às crianças e aos estudantes. É importante utilizar imagens positivas que reconheçam, respeitem e valorizem a cultura das mulheres indígenas.

Priscila Paz Godoy (2016), em seu texto “Violência contra as mulheres ciganas: um racismo esquecido”, ressalta a urgência de abordarmos essa forma de discriminação, que muitas vezes é negligenciada. Embora haja uma gestão de estereótipos que caracteriza as ciganas como representantes de todo o povo cigano, no Brasil, as pesquisas sobre o tema são escassas, tornando difícil a compreensão da realidade enfrentada por essas mulheres. Elas são frequentemente vítimas de racismo, que é ignorado tanto pelas autoridades quanto pela sociedade em geral. Além disso, o relatório divulgado em março de 2016 pela relatora especial das Nações Unidas para minorias, Rita Izsák, destaca que as mulheres ciganas enfrentam uma discriminação ainda maior devido à indumentária tradicional, o que muitas vezes resulta na privação de seus direitos mais básicos.

O Brasil, infelizmente, é um país extremamente violento para mulheres migrantes, que enfrentam uma série de vulnerabilidades próprias, por exemplo, a condição de não nacional, que as coloca em uma “posição de não-humana no pensamento nativo, ou seja, é vista como diferente, indigna ou nada, e conseqüentemente está sujeita a maus tratos, como por exemplo violência física, verbal, patrimonial ou psicológica” (Ribeiro, Borges e Friedrich, 2021). Além disso, existe a barreira da língua que pode privá-las de estabelecerem relações com outras pessoas, de acessar as iniciativas públicas de direitos e de pedir ajuda, uma vez que a comunicação é o principal meio de denúncia.

Nesse contexto, a cidade de Curitiba possui ações para o atendimento à população de meninas e mulheres migrantes e refugiadas. As que visam garantir o acesso e integração à educação ocorrem por meio da desburocratização do processo de matrícula, que permite o ingresso de crianças nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Curitiba sem que seja feita a apresentação de documentação no ato, permitindo aos responsáveis sua regularização posterior sem que o estudante seja prejudicado em seu direito, garantindo vagas na educação infantil e ensino fundamental.

Também são disponibilizadas aulas instrumentais de língua portuguesa para pessoas refugiadas e migrantes, bem como videoaulas produzidas durante a pandemia da covid-19, disponíveis na plataforma Youtube.

Para atendimento acolhedor e assertivo por parte do corpo docente, a Coordenadoria de Equidade, Famílias e Rede de Proteção disponibiliza formações focadas na temática com o objetivo de promover a empatia, alteridade, a prevenção da xenofobia e de violência de gênero para essa população de meninas e mulheres estrangeiras.

**Figura 10: Juntas somos mais fortes**



Fonte: Freepik (2024).



A red ribbon graphic with the word "SAIBA" in white, bold, uppercase letters.A red arrow graphic pointing to the right with the word "MAIS" in white, bold, uppercase letters.

A educação tem um papel fundamental na prevenção da violência contra as mulheres e na conscientização das crianças e estudantes em relação a igualdade de gênero. Abaixo estão algumas ações que os professores podem realizar visando a redução desse tipo de violência.

**Incorporar a Educação para a Igualdade:** Introduzir temas de igualdade de gênero nos planos de aula, destacando conquistas de mulheres na história e promovendo a diversidade.

**Desconstruir Estereótipos de Gênero:** Problematizar estereótipos de gênero através de discussões em sala de aula e atividades que incentivem a reflexão crítica.

**Promover o Respeito e Empatia:** Estimular o respeito mútuo e a empatia entre as crianças e estudantes, enfatizando a importância de tratar todos com dignidade, independentemente do gênero.

**Fomentar a Conscientização sobre Violência:** Conduzir discussões abertas sobre diferentes formas de violência, incluindo a de gênero, para aumentar a conscientização entre as crianças e estudantes.

**Trabalhar habilidades sociais:** Ensinar habilidades sociais, como comunicação eficaz e resolução pacífica de conflitos, para promover relacionamentos saudáveis.

**Fornecer informações:** Informar as crianças e estudantes sobre os canais de denúncia e os caminhos possíveis disponíveis para vítimas de violência, incentivando-os a procurar ajuda e a oferecer suporte.

**Abordar situações do cotidiano:** Integrar exemplos realistas de situações relacionadas à violência de gênero em discussões para que os estudantes possam analisar e entender essas questões.

**Promover discussões sobre consentimento:** Iniciar diálogos sobre consentimento, respeitando os limites dos outros e reconhecendo a importância indispensável dele em relacionamentos.

**Destacar comportamentos positivos:** Ser um modelo positivo, demonstrando comportamentos respeitosos e tratamento igualitário nos espaços educativos.

Ao integrar essas práticas na dinâmica educacional, os professores contribuem para criar um ambiente baseado em respeito mútuo, igualdade e combate à violência de gênero, formando cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade justa.

Figura 11: Mulheres unidas



Fonte: Freepik (2024).



# IDENTIFICAÇÃO DE SINAIS DE VIOLÊNCIA

A Prefeitura Municipal de Curitiba alerta para 15 sinais que podem indicar situações de abuso em relacionamentos, conforme elencados por Bianca Bortolini Ferreira do Amaral, psicóloga com 17 anos de experiência em terapia de casais:

1

**Isolamento social:** O parceiro busca afastar a mulher de familiares e amigos, com receio de que ela compartilhe problemas do relacionamento.

2

**Controle financeiro/traição:** Oculta informações financeiras, não contribui nas despesas domésticas e interfere nas escolhas de gastos da mulher.

3

**Abuso, chantagem e violência sexual:** Força a parceira a manter relações sexuais contra sua vontade, configurando estupro mesmo dentro do casamento.

4

**Monitoramento excessivo:** Demonstra desconfiança constante, questionando os movimentos e aparência da mulher.



- 5 **Desvalorização da autoestima:** Desmerece as ações e a pessoa da mulher, comparando-a negativamente com outras.
- 6 **Violência física:** Recorre a empurrões, agressões físicas e segurar com força para impor controle.
- 7 **Ameaças:** Utiliza ameaças diversas, incluindo à integridade física da parceira.
- 8 **Humilhações públicas:** Ridiculariza ou constrange a mulher em público, o que não é aceitável em um relacionamento saudável.
- 9 **Falta de comunicação:** Mantém segredos e controle sobre informações, enquanto exige transparência da parceira.
- 10 **Sarcasmo e grosseria:** Prevalece o deboche e a grosseria nas interações, em vez de um diálogo respeitoso.
- 11 **Infidelidade emocional:** Demonstração de interesse romântico por outras pessoas, desrespeitando o compromisso estabelecido.
- 12 **Desqualificação emocional:** Rotula a mulher como “louca” para desacreditar suas preocupações e sentimentos.

- 13 **Imposição de escolhas:** Tenta controlar as decisões da parceira, minando sua autonomia.
- 14 **Manipulação emocional:** Culpa a mulher por todos os problemas do relacionamento, mesmo quando ele é o agressor.
- 15 **Ameaças de suicídio:** Utiliza a própria vida como forma de manipulação para evitar a separação ou culpar a parceira.

É fundamental reconhecer esses sinais e buscar apoio para sair de um relacionamento abusivo. Ao perceber algum desses sinais acontecendo com uma mulher próxima, ofereça apoio.

Se estiver sofrendo alguma dessas situações procure ajuda, você não está sozinha!

Figura 12: Rede de apoio feminina



Fonte: Freepik (2024).



# COMO APOIAR MENINAS E MULHERES QUE SOFRERAM E SOFREM VIOLÊNCIA

Apoiar meninas e mulheres que sofrem ou sofreram violência é fundamental para ajudá-las a superar essas situações traumáticas e reconstruir suas vidas. Existem várias formas de oferecer suporte e é importante estar atento aos sinais de alerta que indicam que elas podem estar passando por uma situação de violência. Abaixo, apresentamos algumas maneiras de ajudar:



## ESCUTAR

Uma das formas mais importantes de oferecer apoio é simplesmente ouvir. Escute de forma atenta, empática e sem julgamento. Permita que a pessoa se sinta confortável para compartilhar sua experiência e emoções. Esteja presente, demonstre interesse genuíno e valide os sentimentos dela. Sempre que possível, indique ajuda de profissionais que possuam escuta qualificada e especializada.



## PERGUNTAR

Faça perguntas delicadas e respeitosas para entender melhor a situação. Pergunte como ela está se sentindo, se precisa de ajuda e se deseja falar sobre o que aconteceu. Esteja preparado para ouvir e respeitar o silêncio caso a pessoa não queira compartilhar detalhes no momento.



**VALIDAR**

É essencial mostrar que você compreende e acredita na pessoa. Demonstre empatia e solidariedade, enfatizando que ela não tem culpa pelo que aconteceu. Reforce que nenhuma forma de violência é justificável e que ela merece ser tratada com respeito e dignidade.

**GARANTIR A SEGURANÇA**

Informe sobre os recursos e canais de denúncia disponíveis para garantir a segurança da pessoa. Forneça informações sobre serviços de apoio, abrigos, linhas diretas e organizações que oferecem assistência às vítimas de violência. Ajude-a a criar um plano de segurança, se necessário, e esteja pronto para auxiliar na busca de ajuda profissional. A Rede de Proteção é uma estrutura essencial para garantir os direitos e a segurança das mulheres e meninas que sofrem violência. Essa rede é composta por uma variedade de instituições, organizações e serviços que trabalham em conjunto para oferecer suporte abrangente e integrado às vítimas

**APOIAR**

Encoraje e apoie a iniciativa da pessoa de falar sobre a violência e buscar ajuda. Mostre-se disponível para acompanhá-la em visitas a serviços de apoio, delegacias ou outros lugares necessários para denunciar a violência e obter assistência. Reconheça a coragem dela em enfrentar a situação e ofereça seu apoio incondicional durante todo o processo de recuperação.

Ao apoiar meninas e mulheres que sofrem violência, é essencial ouvir com empatia, validar seus sentimentos, garantir sua segurança e oferecer suporte prático e emocional.



# CANAIS DE DENÚNCIA

Ao informar as mulheres e meninas sobre os recursos e canais de denúncia disponíveis, estamos fortalecendo a Rede de Proteção e garantindo que elas tenham acesso e apoio disponível para superar a violência e reconstruir suas vidas com dignidade e segurança.



## Casa da Mulher Brasileira

A Casa da Mulher Brasileira é coordenada e administrada pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Veja abaixo o quadro do atendimento integrado oferecido à mulher em situação de violência e aos seus filhos, no mesmo endereço, e os seus horários de funcionamento.

### Atendimento 24 horas

A Casa da Mulher Brasileira funciona todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, com diversos serviços:

- **Acolhimento, Triagem e Apoio Psicossocial** – Realizados por assistentes sociais e psicólogas.
- **Brinquedoteca** – Para crianças de 0 a 12 anos de idade, enquanto as mulheres recebem atendimento em qualquer um dos serviços na Casa.
- **Central de Transportes** – Deslocamento de mulheres para os demais serviços da Rede de Atendimento.

**Endereço:** Av. Paraná, 870 – Cabral  
**Telefones:** (41) 3221-2701 e (41) 3221-2710





## Casa de Passagem para Mulheres

Unidade de Acolhimento Institucional – Casa de Passagem

**Endereço:** Rua Desembargador Westphalen, 1845  
Bairro Rebouças – Regional Matriz  
**Telefone:** (41) 3332-3705 e (41) 3333-2215  
**E-mail:** casadasmulheres@curitiba.pr.gov.br

**Período de Funcionamento: 24 horas**



## Delegacia da Mulher

Registra B.O. (Boletim de Ocorrência), faz proteção e investigação dos crimes de violência doméstica, feminicídio e violência sexual.

**Período de Funcionamento:**

Das 8h às 19h – atendimento em geral

Das 19h às 8h – flagrantes, violência sexual, violência física e agendamentos

**Telefone:** (41) 3219-8600



## Patrulha Maria da Penha

Guardas municipais realizam o acompanhamento das mulheres que já receberam medida protetiva, em visitas periódicas.

**Período de Funcionamento:**

Das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira

**Telefone:** (41) 3221-2761





## Polícia Militar

Realiza a busca de pertences das mulheres atendidas pela Casa e que possuam medida protetiva.

### **Período de funcionamento:**

Das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira

**Telefone:** (41) 3221-2765



## Ministério Público

Promoção de ação penal nos crimes de violência contra as mulheres e fiscalização dos serviços da Rede de Atendimento.

### **Período de funcionamento:**

Das 9h às 18h, de segunda a sexta-feira

**Telefones:** (41) 3221-2741 e (41) 3352-0791



## 3.º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da CMB - Curitiba

Órgão da Justiça responsável por processar, julgar e executar as causas decorrentes da prática desses crimes. Também concede medidas protetivas de urgência.

### **Período de funcionamento:**

Das 12h às 18h, de segunda a sexta-feira

**Telefones:** (41) 3200-3252 ou (41) 3210-7027





## Defensoria Pública

Orientação às mulheres atendidas pela Casa sobre seus direitos; prestação de assistência jurídica e acompanhamento de todo o processo judicial.

### **Período de funcionamento:**

Das 12h às 16h, de segunda a sexta-feira

**Endereço:** Avenida Paraná, 870 – Bairro Cabral

**Telefones:** (41) 3221-2736 e (41) 3221-2734

**E-mail:** [cmb@curitiba.pr.gov.br](mailto:cmb@curitiba.pr.gov.br)

**SAIBA**

**MAIS**

### **CONQUISTAS PELOS DIREITOS DAS MULHERES**

Algumas conquistas significativas em relação às violências contra meninas e mulheres no mundo e no Brasil incluem:

1. Adoção da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979) e a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (1993), estabelecendo compromissos para os países e reconhecendo a violência como uma manifestação da desigualdade de poder entre gêneros.
  2. A Lei Maria da Penha, oficialmente conhecida como Lei n.º 11.340/2006, é uma legislação brasileira que visa combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela foi sancionada em 7 de agosto de 2006 e é considerada um marco na luta pelos direitos das mulheres no país.
- 

3. A Lei Brasileira n.º 12.737/2012, também conhecida como Lei Carolina Dieckmann, inseriu no código penal o crime de invasão de dispositivo informático, isto é, celulares, notebooks, tablets, etc.
4. A Lei Brasileira n.º 13.104/2015 torna o feminicídio um homicídio qualificado e o coloca na lista de crimes hediondos, com penas mais altas, de 12 a 30 anos. O crime é considerado feminicídio quando o assassinato envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima.
5. Lançamento da Iniciativa Spotlight (2017) pela ONU e União Europeia para financiar projetos em diversas regiões de combate à violência de gênero.
6. Reconhecimento do assédio na rua como crime, evidenciado por leis como a brasileira de importunação sexual (Lei n.º 13.718/2018) e campanhas como a #ISayItsNotOK no Reino Unido.
7. Esforços globais na direção da eliminação da mutilação genital feminina, com organizações como a *Plan International* trabalhando em comunidades afetadas pelo costume.
8. Programa Cidades Mais Seguras Para Meninas (parceria entre *Plan International*, ONU-Habitat e *Women in Cities International*) buscando tornar as cidades seguras para meninas de 13 a 18 anos.
9. Implementação de educação sexual abrangente, eficaz na redução da violência contra meninas e mulheres, conforme estudo da *Plan International*.
10. Redução nos índices de casamento infantil, embora o Brasil ainda tenha uma posição significativa nesse cenário.
11. A Lei brasileira n.º 13.931/2019 dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher. Os agentes de saúde que se depararem com casos de indício ou confirmação de violência contra a mulher, em serviços públicos ou particulares de atendimento, deverão notificar os centros de vigilância epidemiológica e comunicar às autoridades policiais em até 24 horas.

12. Inclusão dos meninos na luta contra a violência, evidenciada pelo programa Líderes da Mudança da *Plan International*.
13. Aprovação da nova Convenção da Organização Internacional do Trabalho (2023), reconhecendo o direito a um ambiente de trabalho livre de violência, especialmente enfatizando a vulnerabilidade de meninas e mulheres, com contribuição da *Plan International* através do programa *Girls Advocacy Alliance*.
14. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, que visa à igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas.
15. Lei n.º 14.786, de 28 de dezembro de 2023, que cria o protocolo “Não é Não” para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher, institui o selo “Não é Não – Mulheres Seguras” e estabelece direitos das mulheres em ambientes de entretenimento, assim como deveres dos estabelecimentos e penalidades pelo descumprimento. Esta lei complementa o arcabouço legal para proteção das mulheres em locais públicos e privados.

Figura 13: Mulher



Fonte: Freepik (2024).

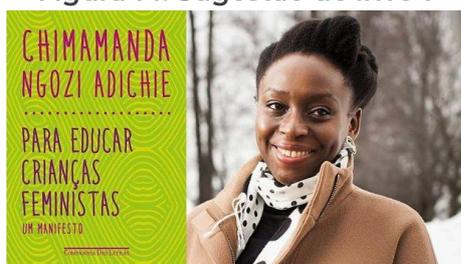
# AMBIENTE ESCOLAR E SUGESTÕES PEDAGÓGICAS

## Por que ainda fazemos filas de meninas e meninos?

Juntos, podemos contribuir para a criação de um ambiente seguro, respeitoso e livre de violência para todas as pessoas. Apresentamos algumas sugestões pedagógicas que podem ser desenvolvidas com as crianças e estudantes.

**Contação de histórias:** Livros que abordam temas como respeito, igualdade de gênero e resolução de conflitos de forma acessível às crianças são ótimas opções de encaminhamentos. Após a leitura, é possível promover discussões sobre as personagens, suas ações e os valores transmitidos pela história.

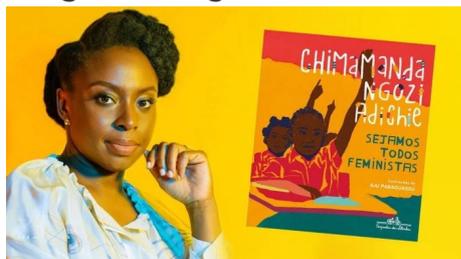
**Figura 14: Sugestão de livro 1**



Fonte: Fala! Universidades (2021).

Livro “Para educar crianças feministas”, de Chimamanda Ngozi Adichie. Recomendação para professores.

**Figura 15: Sugestão de livro 2**



Fonte: Fala! Universidades (2021).

Livro: “Sejamos todos feministas”, de Chimamanda Ngozi Adichie. Recomendação para crianças a partir de 10 anos.



**Dramatização:** Encenação de situações do cotidiano em que as crianças tenham a oportunidade de praticar as habilidades de comunicação, expressão emocional e resolução de conflitos.

Por exemplo, representar uma situação em que uma criança não quer compartilhar um brinquedo e explorar maneiras respeitosas de lidar com ela.

Figura 16: Dramatização



Fonte: Freepik (2024).

Figura 17: Desenho



Fonte: Freepik (2024).

**Desenhos e atividades artísticas:**

Propor atividades de desenho, colagem ou pintura que permitam às crianças expressar suas ideias e sentimentos sobre questões de gênero e violência. Isso pode incluir a criação de cartazes ou murais que promovam a igualdade e o respeito entre meninas e meninos.

## Professores



Vocês sabem o que fazer e a quem procurar quando identificam no desenho das crianças situações de abuso e violência? Saiba quem é o representante da rede de proteção da sua unidade e mantenha sigilo sobre o caso, evitando expor a situação para as demais crianças e/ou colegas. Lembre-se: seu dever é sempre proteger!



**Jogos cooperativos:** Organizar jogos e atividades que incentivem a cooperação, o trabalho em equipe e a valorização das habilidades individuais de cada criança, independentemente do gênero. Evite jogos que reforcem estereótipos de gênero ou promovam a competição excessiva.

**Role-playing** (jogo de interpretação de papéis): Promover atividades de *role-playing* em que as crianças possam assumir diferentes papéis e explorar diversas perspectivas sobre questões de gênero e violência. Isso pode ajudá-las a desenvolver empatia e compreensão das experiências dos outros.

**Construção de regras:** Envolver as crianças na elaboração de regras para promover um ambiente seguro e respeitoso em sala de aula. Discutir sobre o que é aceitável e o que não é em termos de comportamento e interações entre os colegas, dando a todas as crianças e estudantes espaço para a participação, garantindo que suas opiniões sejam ouvidas e respeitadas.



**Celebração da diversidade:** Realizar atividades que valorizem a diversidade cultural, religiosa, étnico-racial e de gênero. Isso pode incluir a organização de festivais culturais, apresentações de dança ou música e outras iniciativas para que as crianças e estudantes aprendam sobre diferentes culturas, ritos, identidades e tradições.

Figura 18: Diversidade



Fonte: Freepik (2024).

**Aprendizado interdisciplinar:** Conforme orienta as Diretrizes para a Educação em Direitos Humanos, o tema de equidade de gênero pode e deve ser transversalizado em todos os componentes curriculares, por exemplo:

- Explore estatísticas sobre violência de gênero em aulas de Matemática;
- Discuta questões de igualdade em sociedades antigas em aulas de História;
- Aborde geograficamente questões vinculadas ao tema (questões como clima, demografia, política, entre outros, articulando a comportamentos culturais dos diferentes lugares);
- Incentive as meninas a se envolverem nas atividades de Ciências e Matemática, a participarem de competições científicas e apresente às crianças - meninos e meninas - mulheres cientistas e suas trajetórias;
- Promova oportunidades iguais de atividades físicas, jogos e esportes para meninos e meninas;

**Campanhas de sensibilização:** Organizar campanhas de sensibilização na escola para promover a igualdade de gênero e a prevenção da violência. Envolver as crianças na organização e divulgação desses eventos, incentivando seu engajamento ativo na causa. Esses assuntos podem e devem ser trabalhados em qualquer momento do ano letivo.



**Gênero textuais:** Propor reflexões por meio de diversos gêneros textuais. Essa ação auxilia, para além da leitura e da escrita, o pensamento crítico sobre a temática.

**Vídeos:**



**Educação Infantil Turma da Mônica:** Juntos pela Igualdade! <https://www.youtube.com/watch?v=J-Xblcymu9c> (versão com libras e autodescrição)

**Ensino Fundamental I – Turma da Mônica:** Juntos pela Igualdade!

**Ensino Fundamental II - Turma da Mônica Jovem:** Papo-Reto

Figura 19: Mulheres poderosas



Fonte: Freepik (2024).

## REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, nº 1/2002, pp. 171-188.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. Instituto Municipal de Administração Pública. **Curso de capacitação** – Conceitos outras formas de violências contra mulheres: O que você precisa saber sobre violência contra a mulher. Curitiba: IMAP, 2022.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras**: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000. São Paulo: Planeta, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

GODOY, Priscila Paz. Violência contra as mulheres ciganas: um racismo esquecido. **Combate Racismo Ambiental**, 11 dez. 2016. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2016/12/11/violencia-contra-as-mulheres-ciganas-um-racismo-esquecido/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MADUREIRA, Ana Flávia Amaral. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola**: a construção de uma cultura democrática. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. 2007. Disponível em: [http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/1610/1/Tese\\_AnaFlaviaAmaralMadureira.pdf](http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/1610/1/Tese_AnaFlaviaAmaralMadureira.pdf). Acesso em 22 de fevereiro de 2024.

RIBEIRO, Anna Luiza. BORGES, Nara Veiga. FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Ser Mulher em Movimento: Aportes do feminismo interseccional nos estudos migratórios. **Revista Instituto Política por.de.para mulheres**. v.2. n. 1. Curitiba, maio/ago. 2021.



# LISTA DE IMAGENS

<b>FIGURA 1.</b>	Disponível em: <a href="https://br.freepik.com/vetores-premium/eliminacao-da-violencia-contras-as-mulheres-ilustrada_10240748.htm">https://br.freepik.com/vetores-premium/eliminacao-da-violencia-contras-as-mulheres-ilustrada_10240748.htm</a> . Acesso em: 28 fev. 2024.
<b>FIGURA 2.</b>	Montagem a partir de imagens coletadas via Canva.
<b>FIGURA 3.</b>	Disponível em: <a href="https://br.freepik.com/vetores-gratis/paredelustracao-de-violencia-de-genero_8851852.htm">https://br.freepik.com/vetores-gratis/paredelustracao-de-violencia-de-genero_8851852.htm</a> . Acesso em: 28 fev. 2024.
<b>FIGURA 4.</b>	Montagem a partir de imagens coletadas via Canva.
<b>FIGURA 5.</b>	Disponível em: <a href="https://br.freepik.com/vetores-premium/ilustracao-vetorial-para-acabar-com-a-violencia-contras-mulher_20015549.htm">https://br.freepik.com/vetores-premium/ilustracao-vetorial-para-acabar-com-a-violencia-contras-mulher_20015549.htm</a> . Acesso em: 28 fev. 2024.
<b>FIGURA 6.</b>	Disponível em: <a href="https://br.freepik.com/vetores-gratis/conceito-de-violencia-de-genero_8967837.htm">https://br.freepik.com/vetores-gratis/conceito-de-violencia-de-genero_8967837.htm</a> . Acesso em: 28 fev. 2024.
<b>FIGURA 7.</b>	Disponível em: <a href="https://www.onumulheres.org.br/elesporelas/">https://www.onumulheres.org.br/elesporelas/</a> . Acesso em: 28 fev. 2024.
<b>FIGURA 8.</b>	Disponível em: <a href="https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao-datafolha-fbsp-2023/">https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao-datafolha-fbsp-2023/</a> . Acesso em: 29 fev. 2024.
<b>FIGURA 9.</b>	Disponível em: <a href="https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao-datafolha-fbsp-2023/">https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao-datafolha-fbsp-2023/</a> . Acesso em: 29 fev. 2024.
<b>FIGURA 10.</b>	Disponível em: <a href="https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-de-fundo-do-dia-internacional-da-mulher_21730449.htm#fromView=search&amp;page=1&amp;position=30&amp;uuiid=7867ac89-4cf5-443e-8c26-6be0db34f2db">https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-de-fundo-do-dia-internacional-da-mulher_21730449.htm#fromView=search&amp;page=1&amp;position=30&amp;uuiid=7867ac89-4cf5-443e-8c26-6be0db34f2db</a> . Acesso em: 28 fev. 2024.

<b>FIGURA 11.</b>	Disponível em: <a href="https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-de-mulheres-empresarias-confiantes-desenhada-a-mao-livre_12301263.htm">https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-de-mulheres-empresarias-confiantes-desenhada-a-mao-livre_12301263.htm</a> . Acesso em: 28 fev. 2024.
<b>FIGURA 12.</b>	Disponível em: <a href="https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-detalhada-do-dia-da-igualdade-feminina_15184191.htm">https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-detalhada-do-dia-da-igualdade-feminina_15184191.htm</a> . Acesso em: 28 fev. 2024.
<b>FIGURA 13.</b>	Disponível em: <a href="https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-plana-do-dia-internacional-da-mulher_22390707.htm">https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-plana-do-dia-internacional-da-mulher_22390707.htm</a> . Acesso em: 28 fev. 2024.
<b>FIGURA 14.</b>	Disponível em: <a href="http://falauniversidades.com.br/qual-a-importancia-do-feminismo-para-educacao-de-criancas/">falauniversidades.com.br/qual-a-importancia-do-feminismo-para-educacao-de-criancas/</a> . Acesso em: 1 mar. 2024.
<b>FIGURA 15.</b>	Disponível em: <a href="https://cangurunews.com.br/feminismo-criancas-livro/">https://cangurunews.com.br/feminismo-criancas-livro/</a> . Acesso em: 1 mar. 2024.
<b>FIGURA 16.</b>	Disponível em: <a href="https://br.freepik.com/vetores-gratis/desenhos-animados-de-criancas-brincando-com-fantoches_13239338.htm">https://br.freepik.com/vetores-gratis/desenhos-animados-de-criancas-brincando-com-fantoches_13239338.htm</a> . Acesso em: 28 fev. 2024.
<b>FIGURA 17.</b>	Disponível em: <a href="https://br.freepik.com/vetores-gratis/fundo-de-materiais-de-arte-desenhados-a-mao_49661341.htm">https://br.freepik.com/vetores-gratis/fundo-de-materiais-de-arte-desenhados-a-mao_49661341.htm</a> . Acesso em: 28 fev. 2024.
<b>FIGURA 18.</b>	Disponível em: <a href="https://br.freepik.com/vetores-gratis/punhos-levantados-enfurecidos-multirraciais_9884789.htm">https://br.freepik.com/vetores-gratis/punhos-levantados-enfurecidos-multirraciais_9884789.htm</a> . Acesso em: 28 fev. 2024.
<b>FIGURA 19.</b>	Disponível em: <a href="https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-plana-do-dia-internacional-da-mulher_22597816.htm">https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-plana-do-dia-internacional-da-mulher_22597816.htm</a> . Acesso em: 28 fev. 2024.





# FICHA TÉCNICA

## **SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO EDUCACIONAL**

Andressa Woellner Pereira Duarte

## **COORDENADORIA DE EQUIDADE, FAMÍLIAS E REDE DE PROTEÇÃO**

Sandra Mara Piotto

## **GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

Scheilla Maria Orlosqui Cavalcante da Silva

## **ELABORAÇÃO**

Alice Rodrigues de Góes Stelma

Ana Lucia Zimmermann

Flávia Gasparin

Lucia Maria Veiga da Silva de Faria

Ranna Emanuelle Almeida

Scheilla Maria Orlosqui Cavalcante da Silva

Suely Silvestre

## **Núcleo de Mídias Educacionais**

Haudrey Fernanda Bronner Foltran Cordeiro

## **Capa, Projeto Gráfico e Diagramação**

Ana Cláudia Proença

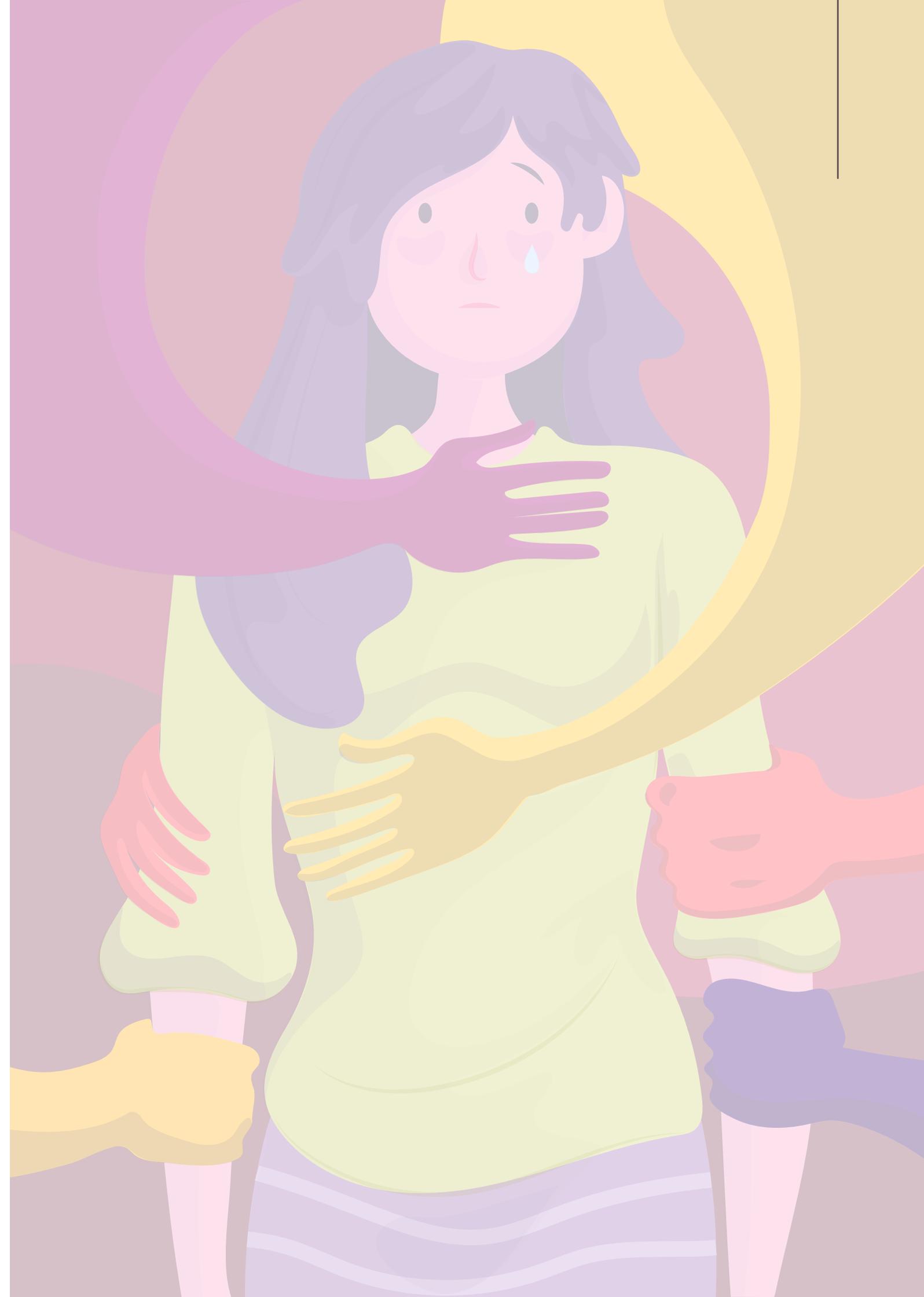
## **Revisão de Língua Portuguesa**

Flávia Nolasco

Rita Fonseca









**CURITIBA**



**Curitiba**  
CIDADE  
EDUCADORA

